

## PERFIL DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA NACIONAL E INTERNACIONAL SOBRE O TEMA CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

### PROFILE OF NATIONAL AND INTERNATIONAL SCIENTIFIC PRODUCTION ON THE THEME BOARD OF DIRECTORS

**Angela Paula Muchinski Bonetti**

Mestranda em Ciências Contábeis e Administração  
Univ. Comunitária da região de Chapecó (Unochapecó)  
e-mail: angelabonetti@unochapeco.edu.br

**Sady Mazzioni**

Doutor em Ciências Contábeis e Administração (FURB)  
Professor do PPGCCA da Univ. Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)  
e-mail: sady@unochapeco.edu.br

**Odilon Luiz Poli**

Doutor em Educação (Unicamp)  
Professor do PPGCCA da Univ. Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)  
e-mail: odilon@unochapeco.edu.br

**Geovanne Dias de Moura**

Doutor em Ciências Contábeis e Administração (FURB)  
Professor do PPGCCA da Univ. Comunitária da Região de Chapecó (Unochapecó)  
e-mail: geomoura@terra.com.br

#### Resumo:

O objetivo do estudo é descrever o perfil bibliométrico da produção científica nacional e internacional sobre o tema conselho de administração, publicada em periódicos nacionais e internacionais. Para identificar os artigos publicados, foram utilizadas as bases Scopus e Scencedirect no contexto internacional e as bases Spell e Scielo, no âmbito nacional. Quanto aos procedimentos metodológicos, caracteriza-se como descritivo, bibliométrico e com abordagem quantitativa. A amostra investigada considerou 91 artigos e na análise utilizou-se da Lei de Bradford e Lotka, cuja tabulação dos dados foi realizada no software Excel® e as redes sociais de autores construídas no software UCINET®. Nas bases internacionais, filtrou-se pela expressão “board of directors” e nas bases nacionais o parâmetro utilizado considerou a expressão “conselho de administração” no título, resumo e palavras-chave dos artigos. Os resultados evidenciam que os períodos de maior publicação sobre o tema foram os anos de 2011, 2014, 2015 e 2016, destacando-se os artigos publicados com dois autores, que correspondem a 37,36 % da amostra. Na aplicação da Lei de Lotka observou-se que não há convergência plena dos dados empíricos com os pressupostos teóricos, além de constatar que 97,55% dos autores possuem apenas uma publicação sobre o tema. Três periódicos publicaram mais de 1/3 dos artigos sobre o tema, confirmando a Lei de Bradford, que indica a produtividade de periódicos. O estudo permitiu constatar que o tema relacionado à

#### Resumo do processo editorial:

- Submissão em: 02/08/2017.
- Envio para avaliação em: 01/12/2017.
- Término da avaliação em: 07/12/2017.
- Correções solicitadas em: 07/12/2017.
- Recebimento da versão ajustada em: 02/01/2018.
- Aprovação final em: 15/01/2018.

governança corporativa voltada ao conselho de administração tem várias vertentes de análise, todavia a diversidade ainda é pouco aprofundada e campo de mais investigações.

**Palavras-chave:** Perfil bibliométrico. Conselho de administração. Periódicos nacionais e internacionais.

**Abstract:**

The goal of this study is to describe the bibliometric profile of the national and international scientific production on the topic board of directors, published in national and international journals. To identify published articles the databases Scopus and Scimedirect in the international context, and Spell and Scielo in the national context were used. As for methodological procedures, it is characterized as descriptive, bibliometric, and with a quantitative approach. The analyzed sample considered 91 articles, and in the analysis the Law of Bradford and Lotka was used, whose table of calculation of the data was realized by Excel® software, and the social networks of the authors built by UCINET® software. From the international databases it was filtered by the term "board of directors", and in the national databases the parameter used considered the expression "board of directors" in the title, summary, and keywords of the articles. The results show that the periods of greatest publication on the subject were the years of 2011, 2014, 2015 and 2016, highlighting published articles with two authors that correspond to 37.36% of the sample. In the application of Lotka's Law it was observed that there is no full convergence of empirical data with the theoretical assumptions, besides finding that 97.55% of authors have only one publication on the subject. Three journals have published more than one-third of the articles on the subject, confirming the Bradford's Law that indicates journals productivity. This study made it possible to verify that the theme related to corporate governance addressed to the board of directors has several aspects of analysis, however the diversity is still not deepened and it is a field for further investigations.

**Keywords:** Bibliometric profile. Board of directors. National and international journals.

## 1 Introdução

O novo cenário global dos negócios enfatiza maior concorrência para as organizações, razão pela qual os estudiosos passaram a concentrar maior atenção em temas com maior ascensão, a exemplo da governança corporativa. Este argumento encontra respaldo em Dutra e Saito (2002, p. 10) ao considerar que “o debate acerca da governança corporativa tem recebido crescente atenção da comunidade acadêmica e empresarial, envolvendo tópicos como o poder e a responsabilidade dos conselhos de administração”. Para as organizações são imprescindíveis a manutenção de seus investidores e a conquista de novos, para tanto necessitam transmitir confiabilidade e transparência.

Nessa direção, Silva, Santos e Almeida (2011, p. 442) aduzem que “a competição trazida pela globalização dos mercados gera a necessidade de as empresas tornarem-se bem governadas”. Marques et al. (2015, p. 5) consideram que “nesse contexto, o debate sobre a Governança Corporativa ganhou relevância e assume papel de destaque nas pesquisas que relacionam contabilidade e mercado de capitais”. A ocorrência de casos de fraudes contábeis como os da Enron, Worldcom entre outros, evidenciou as fragilidades do ambiente regulatório quanto à mitigação dos chamados problemas de agência.

Com isso, atualmente as organizações asseguram-se em novas formas e práticas de fazer gestão buscando melhor desempenho dos negócios. Diante disso, as práticas da governança corporativa trazem maior segurança para os gestores e acionistas. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM, 2002, p. 2), define Governança Corporativa como “[...] um conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas”.

Neste contexto, o conselho de administração apresenta-se como um mecanismo de governança que tem como missão, segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2009), proteger e valorizar a organização, aperfeiçoar o retorno dos investimentos corporativos e procurar o equilíbrio entre os anseios das partes interessadas.

Observa-se que governança corporativa e conselho de administração complementam-se, com intuito de melhorar a gestão e alcançar melhores resultados. Conforme observa IBGC (2015, p. 39), o conselho de administração “exerce o papel de guardião dos princípios, valores, objeto social e sistema de governança”. Andrade et al. (2009, p. 6) ressaltam que “O conselho de administração é visto como um órgão que tem a responsabilidade de decidir em nome dos proprietários”

Por conseguinte, o conselho administrativo tem grande relevância nos negócios das companhias, tem por competência orientar e fiscalizar a gestão como um todo, neste sentido o artigo 142, da Lei 6.404/76 normatiza que é competência do Conselho de Administração: “Fixar a orientação geral dos negócios sociais, eleger e destituir diretores da companhia [...]; fiscalizar a gestão dos diretores, examinando a qualquer tempo os livros e papéis da companhia [...]; convocar assembleia geral” (BRASIL, 1976, p. 38).

Desse modo, o conselho de administração é significativa nas tomadas de decisões e na gestão das companhias, conforme ressaltado por Rossoni e Machado-da-Silva, (2010, p. 183), ao considerar que “o conselho de administração é fundamental, pois é ele que defende o interesse dos acionistas (principal) na organização, cobrando dos executivos (agente) que eles atuem de acordo com os interesses dos *shareholders*”.

Busca-se, assim, por meio do estudo bibliométrico quantificar as pesquisas sobre o tema e analisar nas publicações as características observadas, o contexto das pesquisas e suas justificativas. Portanto, a questão que norteia este estudo é: quais as principais características da produção intelectual nacional e internacional relacionadas às investigações que abordam o conselho de administração? O objetivo do estudo é analisar as principais características da produção intelectual nacional e internacional, relacionadas às investigações que abordam o conselho de administração.

Dentre as justificativas para o estudo, destaca-se o propósito de identificar as principais características da produção intelectual relacionadas às investigações com abordagem do conselho de administração. A maior contribuição da pesquisa é proporcionar subsídios para novas perspectivas de investigação sobre o tema, já que são várias as vertentes utilizadas.

O presente artigo está estruturado em mais quatro seções. Na segunda seção expõe-se o campo da pesquisa sobre governança corporativa e conselho de administração, bibliometria e as leis bibliométricas; na terceira, descreve-se a metodologia dispensada à condução do presente estudo; na quarta seção, expõe-se a análise dos resultados sob os enfoques das publicações sobre o tema. Por fim, a quinta seção é destinada às considerações finais do estudo, limitações da investigação e sugestões para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

## 2 Revisão da Literatura

A revisão da literatura é relevante para fundamentar o tema de pesquisa e sua evolução ao longo do tempo. Nesta seção aborda-se a respeito da governança corporativa e conselho de administração, da bibliometria e as leis bibliométricas.

## 2.1 Governança Corporativa e Conselho de Administração

A origem da governança corporativa é creditada aos Estados Unidos, como mecanismo de enfrentamento à expropriação praticada pelos executivos em relação aos acionistas, constituindo-se em resposta às práticas de mau uso dos recursos dos acionistas por parte dos gestores (GOMES, 2016).

O IBGC (2016) registra que a governança corporativa surgiu no Brasil a partir de 1995, quando então foi fundado o IBCA (Instituto Brasileiro de Conselheiro de Administração) atual IBGC (Instituto brasileiro de Governança Corporativa), contudo, antes disso, internacionalmente o tema já estava em destaque. Saito e Silveira (2008, p. 79) observam que “Berle e Means (1932) foram os primeiros a discutir os benefícios e custos potenciais da separação entre propriedade e controle já vigente em algumas grandes corporações”.

Bezerra et al (2015, p. 30) observam que Brickley e Zimmerman (2010) conceituam governança corporativa como sendo: “o sistema de leis, regulamentos, instituições, contratos e políticas corporativas que direcionam e influenciam as ações dos tomadores de decisão de alto nível nas corporações (acionistas, conselhos e executivos)”.

O IBGC (2015, p. 20) considera que “governança corporativa é o sistema pelo qual as empresas e demais organizações são dirigidas, monitoradas e incentivadas, envolvendo os relacionamentos entre sócios, conselho de administração, diretoria, órgãos de fiscalização e controle e demais partes interessadas”.

Logo, a governança corporativa está relacionada à gestão mais aberta entre as partes interessadas, contribuindo para a qualidade da gestão da organização. Nesta direção, o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDES, (2004, p. 5) observa que “a governança corporativa pode ser vista aqui como um mecanismo que busca propiciar maior transparência, disciplina e responsabilidade dos administradores das empresas para com os acionistas”. A transparência e segurança dos acionistas justifica-se pela aplicabilidade das práticas de governança corporativa.

Para a Comissão de Valores Mobiliários, “governança corporativa é o conjunto de práticas que têm por finalidade otimizar o desempenho de uma companhia ao proteger todas as partes interessadas” (CVM, 2002, p. 2).

A governança corporativa – os arranjos institucionais que regem as relações entre acionistas (ou outros grupos) e as administrações das empresas – deverá se transformar numa preocupação importante no Brasil, na medida em que as mudanças em curso nos seus sistemas de propriedade estatal e familiar acelerem e atraiam novos investidores, especialmente estrangeiros. (LETHBRIDGE, 1997, p. 1).

A governança corporativa envolve as relações dos administradores das empresas e os acionistas para atrair novos investidores. Duarte et al. (2012, p.116), comentam que “no caso do Brasil, bem como dos demais países emergentes, a possibilidade de captação de recursos estrangeiros faz com que ocorra a adaptação e adoção de boas práticas de governança por parte das empresas”.

Nota-se que a governança corporativa (GC) tem por objetivo a aplicabilidade de melhores práticas para gerir as organizações, com intuito de apresentar melhor transparência e confiabilidade aos acionistas e aos administradores das empresas, gerando respaldo aos

usuários e investidores pautado na transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa (IBGC, 2015).

Segundo o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC (2015, p. 20-21), a GC está pautada por meio dos seguintes princípios:

- a) Transparência: oferecer para todas as partes interessadas as informações de seu interesse, não se preocupando apenas em informar aquelas impostas por leis e regulamentos. Quanto maior a transparência, maior será a confiança, seja do ambiente interno ou externo;
- b) Equidade: caracteriza-se pelo tratamento justo de todos os sócios e demais partes interessadas (*stakeholders*), evitando atitudes ou decisões discriminatórias;
- c) Prestação de Contas (*accountability*) – cabe aos agentes da governança prestarem contas de toda a sua atuação, se responsabilizando pelos seus atos, decisões e/ou omissões;
- d) Responsabilidade Corporativa: os agentes de governança devem buscar a sustentabilidade das organizações, visando à sua longevidade, adotando medidas que levem em consideração fatores de ordem social e ambiental.

Contudo, as práticas da GC são aplicadas e monitoradas pelos gestores que fazem parte do conselho de administração. Neste sentido, Silveira (2002, p. 49) relata que o “Conselho de Administração, tem papel fundamental na governança corporativa das empresas, sendo, portanto, o principal mecanismo interno para a diminuição dos custos de agência entre acionistas e gestores, e entre acionistas controladores e minoritários”.

Fama e Jensen (1983), citados por Gomes (2016) consideram que “o processo decisório da alta gestão envolve quatro etapas, duas das quais devem ser de exclusiva responsabilidade do Conselho: a ratificação das decisões relevantes e o monitoramento da alta gestão”. Já o Instituto de Governança Corporativa (IBGC, 2015, p. 39) normatiza que “o conselho de administração é o órgão colegiado encarregado do processo de decisão de uma organização [...]. Ele exerce o papel de guardião dos princípios, valores, objeto social e sistema de governança da organização, sendo seu principal componente”.

A Lei 6.404/1976, artigo 138, parágrafo segundo estabelece “que todas as companhias abertas e as de capital autorizados deverão ter, obrigatoriamente, conselho administrativo” (BRASIL, 1976, p. 37). As companhias de capital aberto, conforme legislação, têm o conselho de administração para subsidiar as decisões e zelar pela companhia e os direitos dos investidores.

Corroborando Volpini, Bernardes e Patruz (2013, p. 66), que o conselho de administração atua como um elo entre a administração e os acionistas na tomada de decisões, visando o desenvolvimento da companhia.

O conselho de administração enquanto órgão de governança tem um papel que deve ir além da existência formal. Ele pode ser de fato o caminho de interação entre os *stakeholders* de uma organização e sua administração, fiscalizando e direcionando ações gerenciais estratégicas, além de participar ativamente nos processos de tomada de decisões importantes para a sobrevivência da instituição.

Nesta direção, Wright, Kroll e Parneel (2000, p.108-113), observam que “os conselhos de Administração são responsáveis por aspectos da liderança da empresa” e “os conselhos de administração representam os proprietários e estão legalmente autorizados a monitorar as estratégias da empresa”.

Holtz et al (2013, p. 325) discorrem que “os conselhos têm o poder de contratar, despedir, e compensar os executivos de nível superior da decisão, e de ratificar e monitorar as decisões importantes”. Adicionalmente, deve-se observar que “os conselhos são compostos

por membros internos e externos (que não são executivos) eleitos por alguns acionistas para defender os interesses de todos os acionistas” (BEZERRA, 2015, p. 30).

Assim, com relação ao número de membros, o código de melhores práticas de governança corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC, 2009), recomenda que o conselho de administração tenha uma composição ímpar, sendo no mínimo de cinco e, no máximo, onze membros.

## 2.2 Bibliometria e as Leis Bibliométricas

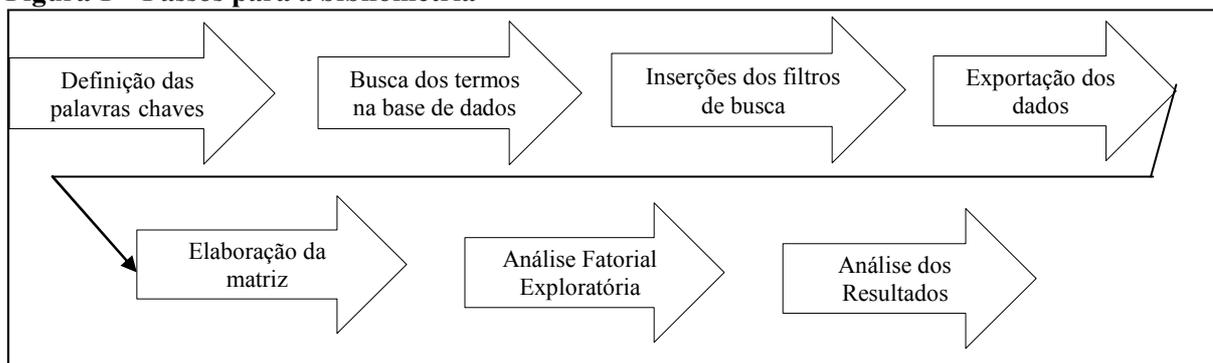
Kobashi e Santos (2008, p. 109) definem que “a bibliometria é uma metodologia de recenseamento das atividades científicas e correlatas, por meio de análise de dados que apresentem as mesmas particularidades”. Theóphilo e Iudícibus, (2005, p. 148), aduzem que “avanços das ciências não são apenas progressivos, mas também reflexivos, isto é, o desenvolvimento das ciências depende, além das investigações que visam seu crescimento linear, de estudos que se dediquem à reflexão crítica sobre o conhecimento nelas produzido”.

O levantamento e a análise dos indicadores bibliométricos permitem quantificar as pesquisas científicas publicadas. Moura et al (2012, p.104) observam que através dos “meios bibliométricos procuram-se agrupar e caracterizar dados para comparar e confrontar os elementos das referências bibliográficas de documentos que representem as publicações”, ou seja, de tal modo o desenvolvimento das ciências também depende de estudos que façam uma reflexão crítica do que se tem produzido cientificamente”.

Araújo (2006, p. 11) refere-se à bibliometria como “[...] técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico”, ressaltando que para análise quantitativa pode-se utilizar das leis bibliométricas. Já Guedes e Borschiver (2005), salientam que há uma diversidade de leis e conceitos relacionados à bibliometria, destacando-se as leis de Bradford, Lotka e Zipf.

Na Figura 1 observa-se o mapa de pesquisa pelo método bibliométrico, passo a passo, que o pesquisador deve seguir.

**Figura 1 – Passos para a bibliometria**



Fonte: Quevedo-Silva et al (2016, p. 249).

Neste contexto, pode-se dizer que por meio do estudo bibliométrico é possível identificar trabalhos publicados em uma determinada data, publicações por autor ou publicações por temas. Observam-se diversos estudos bibliométricos sobre o tema governança corporativa, analisando o aspecto do conselho de administração, destacando-se os de Moura e Beuren (2011), Ribeiro et al. (2012), Paiva, Teixeira e Peixoto (2015)

Todavia, para conhecer melhor o estudo bibliométrico é necessário verificar as três leis básicas da bibliometria, para análise e discussão dos dados. As principais leis bibliométricas são: Lei de Bradford, (produtividade de periódicos), Lei de Lotka

(produtividade científica de autores) e Lei de Zipf (frequência de palavras) (GUEDES; BORSCHIVER, 2005). Machado Junior et al (2016) argumenta que a Lei de Lotka, analisa a produção em uma determinada área do conhecimento, com número restrito de pesquisadores.

A Lei de Lotka (1926) ou Lei do Quadrado Inverso propõe que um número restrito de pesquisadores produz muito em determinada área de conhecimento, enquanto um grande volume de pesquisadores produz pouco. Lotka estudou os autores presentes no Chemical Abstracts, entre 1909 e 1916, e identificou que grande parte da produção científica é produzida por poucos autores. (MACHADO JUNIOR et al, 2016, p.111).

De acordo com Urbizagátegui (2002, p.14), “desde 1926, época em que Lotka estabeleceu esta lei, muito estudos têm sido conduzidos para investigar a produtividade dos autores em distintas disciplinas”. O autor também descreve que mais de 200 trabalhos científicos, livros e comunicações em eventos, foram produzidos até o último mês do ano de 2000, que tentaram criticar, reproduzir ou reformular a lei bibliométrica.

Já a Lei de Zipf está relacionada “à frequência de ocorrência de palavras em um dado texto, enriquecida pelo Ponto de Transição (T) de Goffman relacionam-se diretamente com a representação da informação, isto é, a indexação temática automática” (GUEDES; BORSCHIVER, 2005, p. 5).

Santos (2009, p.320) informa que “a primeira Lei de Zipf está relacionada às palavras de alta frequência em um texto e a segunda às de baixa frequência, e foram formuladas a partir da observação empírica e da análise de frequência de ocorrência de palavras em um texto suficientemente longo”.

Quanto a Lei de Bradford, Guedes e Borschiver (2005, p. 4) definem que “é um instrumento útil para o desenvolvimento de políticas de aquisição e de descarte de periódicos, em nível de gestão de sistemas de recuperação da informação”. Quoniam et al (2001, p. 24), aduzem que “a Lei de Bradford, ou também conhecida como Lei de Dispersão, concentra sua descrição no comportamento em determinado campo do saber”.

Destarte, conforme a literatura prévia, cada lei tem suas características, na busca de mapear como está um determinado tema e o comportamento dos autores quanto às publicações.

### 3 Procedimentos Metodológicos

Este estudo baseou-se em pesquisa bibliométrica realizada por meio da análise de artigos publicados em periódicos indexados na base de dados Scopus e Scimed, no âmbito internacional, Spell e Scielo no âmbito nacional. O objetivo é investigar as características da produção científica dos artigos que abordam o tema Conselho de Administração, no contexto internacional.

Em seus aspectos metodológicos, esta pesquisa quanto aos objetivos é descritiva, ao permitir descrever as características de uma população, fenômeno ou uma experiência (GIL, 2010). Neste sentido, busca-se descrever as características dos resultados da análise bibliométrica sobre Conselho de Administração. A pesquisa descritiva tem a função de tratar de aspectos gerais e amplos de um contexto social, permitindo desenvolver uma análise que identifique as diferentes formas dos fenômenos (OLIVEIRA, 1999).

Quanto aos procedimentos, a pesquisa é tipo documental. Pádua (1997, p. 62) observa que “a pesquisa documental é aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos (não fraudados)”.

Em relação à pesquisa bibliométrica, Araújo (2006, p. 1) define que “a bibliometria, se constitui em técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico”. Nesta direção, Santos (2009, p. 318) argumenta

que “É um importante instrumento para estabelecer indicadores em uma determinada área do conhecimento, porque apresenta os aspectos quantitativos da produção”.

Quanto à abordagem do problema, a pesquisa classifica-se como quantitativa. De acordo com Raupp e Beuren (2004, p. 92), “a pesquisa de abordagem quantitativa caracteriza-se pelo emprego de instrumentos estatísticos, tanto na coleta como no tratamento dos dados”.

Diante do exposto, a pesquisa é descritiva pois utiliza elementos estatísticos na análise dos resultados; documental, porque a coleta de dados deu-se em documentos (artigos); quantitativa, por considerar elementos padronizados e quantificados para a análise dos dados; bibliométrica, por utilizar os pressupostos para medir a produção científica.

A amostra foi coletada em quatro bases, Spell e Scielo no âmbito nacional e Scopus e Sciencedirect, no cenário internacional. Para a coleta de dados, utilizaram-se os termos “conselho de administração” nas bases nacionais e “*board of directors*” nas bases internacionais, constantes no título, resumo e palavras-chave.

A busca inicial nas bases de pesquisa retornou 255 publicações. As bases nacionais totalizaram 40 publicações, sendo 22 artigos da Spell e 18 da Scielo. Das bases internacionais Sciencedirect e Scopus retornaram 215 publicações, constituindo-se da Sciencedirect 14 e da Scopus 201.

Após análise das 255 publicações, primeiro foram excluídas as publicações repetidas, e sequencialmente as que não atenderam aos critérios deste estudo, ou seja, continham o termo, entretanto, o estudo não estava voltado ao tema de pesquisa. Por fim, das bases nacionais que atenderam ao tema de pesquisa restaram 29 artigos e nas duas bases internacionais encontraram-se 62 artigos.

Assim, a amostra quantificou 91 artigos que atenderam aos critérios e foram utilizados no estudo para a análise de suas características principais. Para análise dos dados, consideraram-se o ano da publicação, os autores dos artigos, o número de palavras-chave utilizadas e os periódicos que publicaram. Para elaboração das redes para análise dos artigos por autores e colaboração entre pesquisadores, utilizou-se do software UCINET. As demais análises foram elaboradas de maneira quantitativa, por meio do software Excel.

#### 4 Análise e Interpretação dos Resultados

Para análise da produção científica, da amostra de 91 artigos para análise da produção científica desta pesquisa, foi aplicada a Lei de Bradford que analisa os periódicos e a Lei de Lotka tem por objetivo analisar as publicações em relação aos autores.

Para apresentar os resultados obtidos, a análise foi concretizada ponderando a distribuição da produção científica por ano, o número de autores por artigo, visualização da rede de coautoria entre os autores e os periódicos em que foram publicados os artigos.

**Tabela 1 - Distribuição amostra por ano**

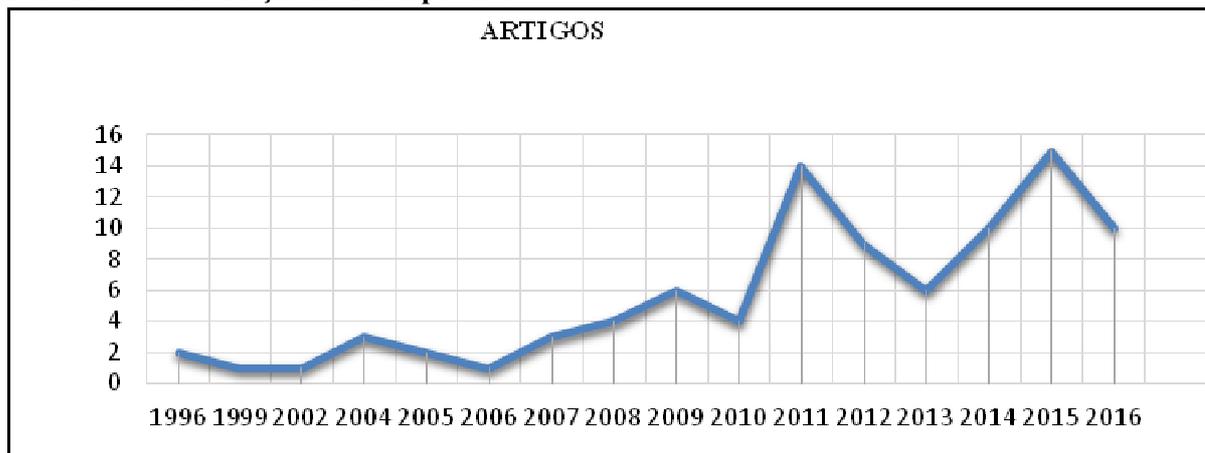
Ano	Quantidade	%	Ano	Quantidade	%
1996	2	2,2	2010	4	4,4
1999	1	1,1	2011	14	15,48
2002	1	1,1	2012	9	9,89
2004	3	3,3	2013	6	6,59
2005	2	2,2	2014	10	10,99
2006	1	1,1	2015	15	16,48
2007	3	3,3	2016	10	10,99
2008	4	4,4			
2009	6	6,59			
<b>Total</b>				91	100%

**Fonte:** elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

Na Tabela 1 apresenta-se a distribuição da amostra por ano, sendo possível observar a dispersão da produção científica relacionada às investigações com abordagem do conselho de administração ao longo do período.

Observa-se no Gráfico 1, que a amostra teve variação constante ao longo do tempo, variações relevantes, todavia em momentos positivos e outros negativos. Nessa direção, os estudos sobre envolvimento do conselho de administração tiveram um aumento quantitativo concentrado nos anos de 2011, 2014, 2015 e 2016, totalizando 53,94% dos artigos publicados sobre o tema em questão.

**Gráfico 1 – Distribuição amostra por ano**



**Fonte:** elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

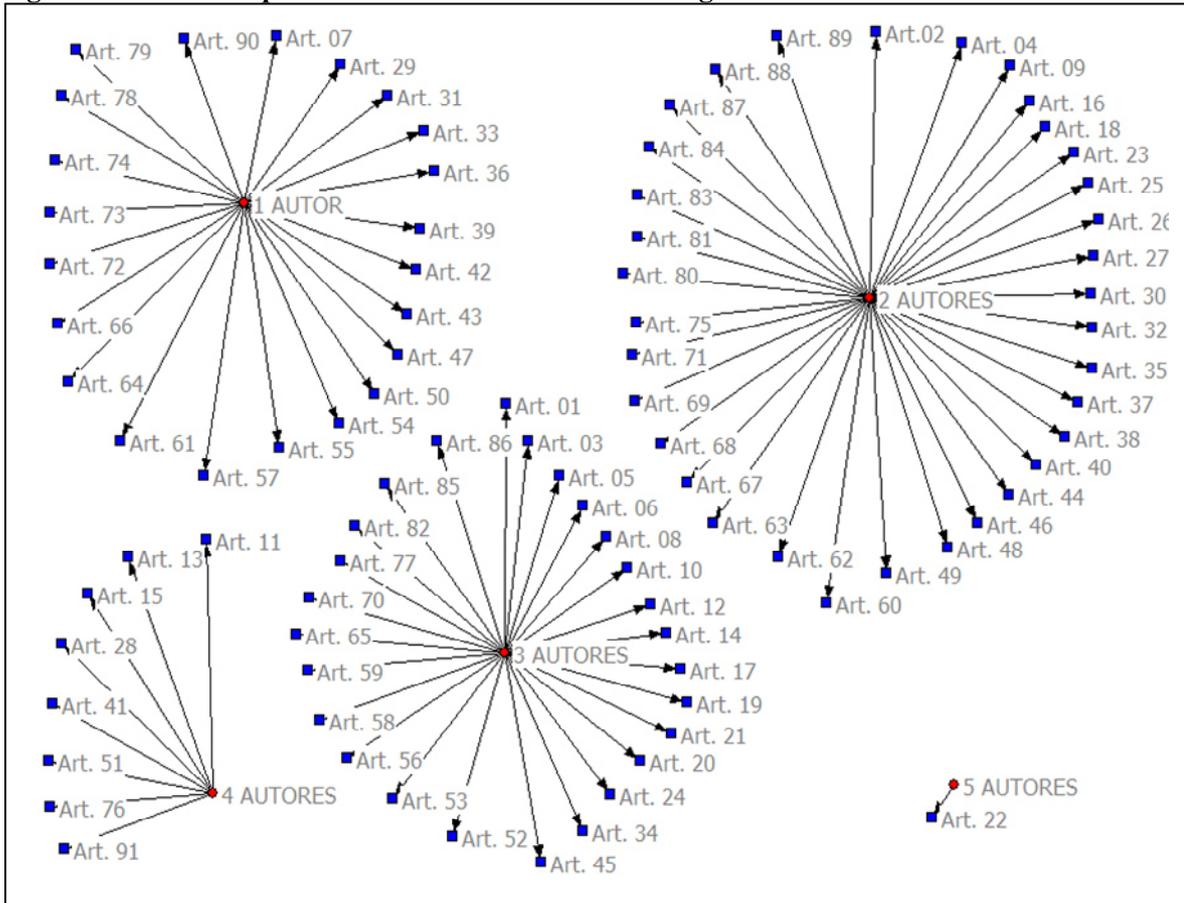
Um fator que pode contribuir com esse crescimento de pesquisas nos últimos anos, está relacionado à importância do conselho de administração nas empresas. O IBGC (2015, p. 39) estabelece que “o conselho de administração é o órgão colegiado encarregado do processo de decisão de uma organização [...]. Ele exerce o papel de guardião dos princípios, valores, objeto social e sistema de governança da organização”. Assim, o conselho de administração auxilia na gestão das empresas, que a cada dia mais necessitam ser transparentes, pois o mercado está cada dia mais concorrido.

Em relação ao idioma utilizado nas publicações do período analisado, verificou-se que ocorre o predomínio de publicações em inglês com 63,64% (57 artigos), em português estavam 26,04% (24 artigos) e 10,42% (10 artigos) em espanhol.

Na Figura 2, apresentada um pouco mais adiante, pode-se verificar o número de autores por artigos. Os artigos escritos por dois autores somaram 34 artigos, enquanto com três autores totalizaram 26 publicações, sequencialmente com um autor foram 22 artigos, com 4 autores foram publicados 8 artigos e por fim, um artigo escrito por 5 autores.

A Tabela 2, apresentada logo após a Figura 2, demonstra a produtividade por autor. Indica que a frequência de autores com uma única produção representa 97,55% do grupo investigado. No argumento de Urbizagastegui (2008), os achados são contraditórios considerando-se os pressupostos da Lei de Lotka, pois no cálculo de contagem os autores e coautores receberam a mesma pontuação. Contudo, os achados estão de acordo com a constatação de que “a elevada taxa de pequenos produtores parece ser característica das disciplinas em expansão e desenvolvimento na procura de sua institucionalização” (URBIZAGASTEGUI, 2008, p. 96).

Figura 2 - Redes da quantidade de autores em cada artigo



Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

Pode-se observar na Tabela 2 que cinco autores (2,45%), são responsáveis pela publicação de 12,09% dos artigos, enquanto os demais 200 autores (97,55%) correspondem a 87,91% dos artigos analisados.

Tabela 2 - Produtividade por autor

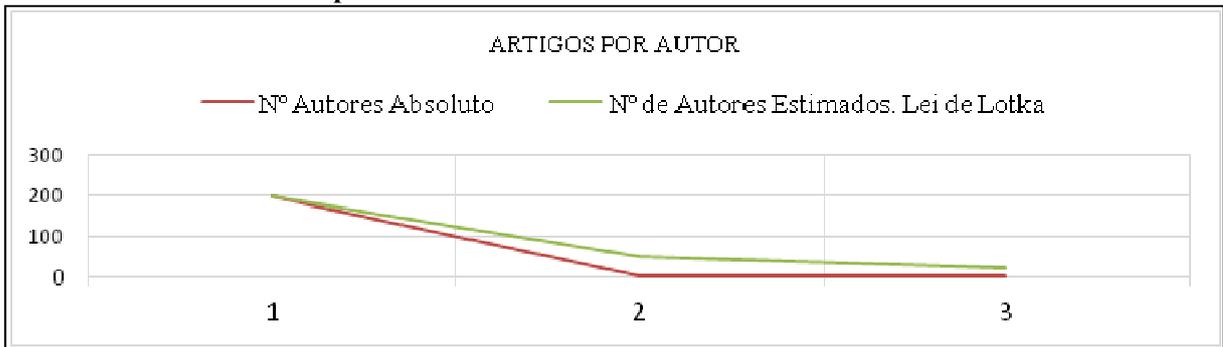
Artigos Por Autor	Nº Autores Absoluto	% Autores Absolutos	Nº de Autores Estimados. Lei de Lotka
1	200	97,55	$200(1/1^2) = 200$
2	4	1,95	$200(1/2^2) = 50$
3	1	0,5	$200(1/3^2) = 22$
	205	100	272

Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

No Gráfico 2, apresentado na página seguinte, observa-se que não se aplica na totalidade a Lei, pois não temos a convergência total dos dados empíricos com os teóricos. Sendo assim, as publicações estão atreladas ao elevado número de autores com única publicação.

Identificaram-se alguns autores que publicaram duas publicações, respectivamente: Luciana Hotiz; Ilse Maria Beuren; Maria Consoelo P. Martinez e Luciano Rossoni. Com três publicações apareceu o autor Jorge José Martins Rodrigues.

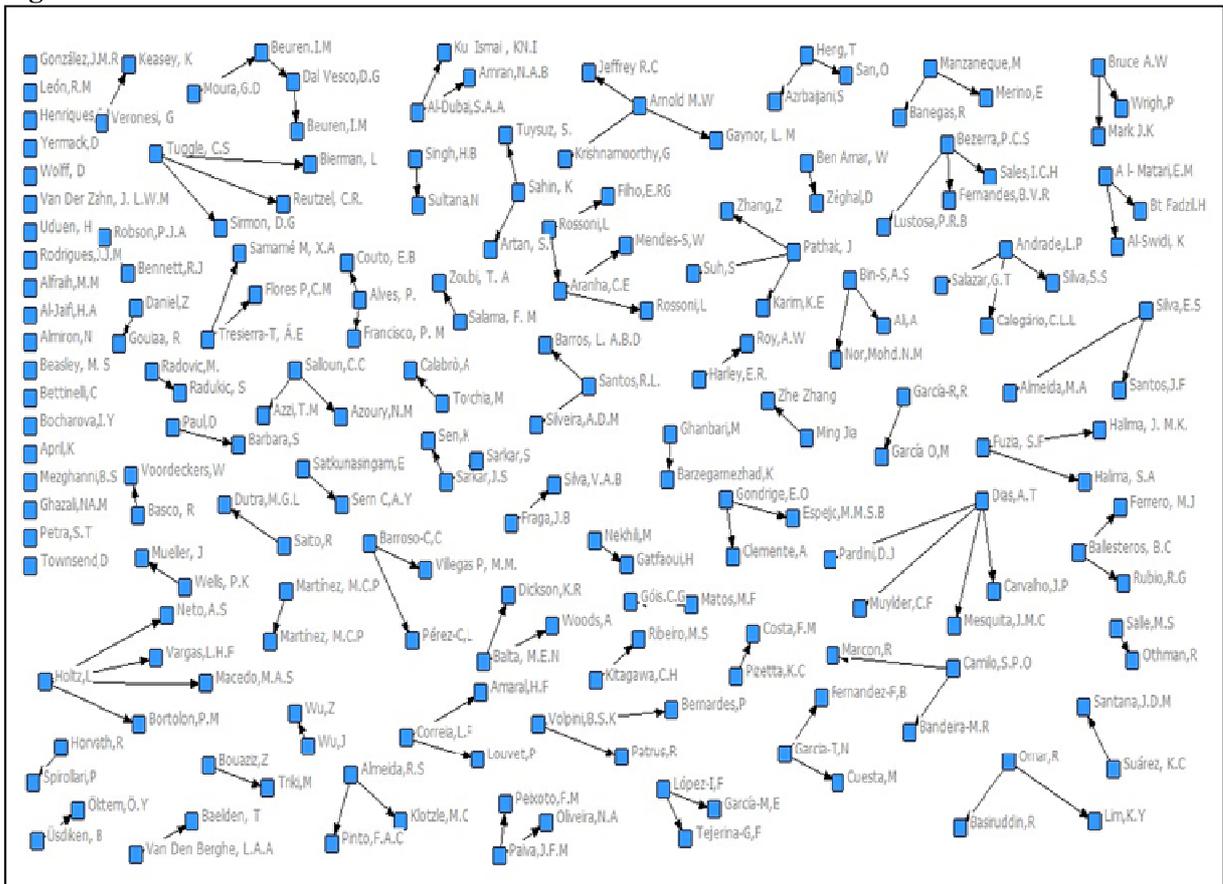
**Grafico 2 - Produtividade por autor**



Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

Na Figura 3 apresenta-se a rede correspondente à coautoria dos artigos analisados, considerando que na amostra de 91 artigos pesquisados, totalizou 205 autores envolvidos na autoria. O uso de redes sociais é importante, pois permite a identificação dos autores e coautorias na rede.

**Figura 3 - Rede de coautoria entre autores**



Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

Conforme apresentado na Figura 3, percebe-se que dentre os principais autores que publicaram com outros pesquisadores destacam-se: Alexandre Teixeira Dias; Luciana Holtz; Luciano Rossoni; Ilse Beuren, Lélis Pedro de Andrade; Jorge José Martins Rodrigues; Pedro Correia Santos Bezerra; Cezar Eduardo Aranha; Pathak, Jagdish; Renata Silva de Almeida,

estes apresentam vínculos com mais de um autor. Ainda pode-se observar vários coautores que possuem vínculo com apenas um autor

Apresentam-se na Tabela 3 as publicações em periódicos nacionais, que totalizaram 20 periódicos e 28 artigos. Optou-se em apresentar apenas os periódicos que formam o *Core* sobre o tema.

**Tabela 3 - Quantidade de publicações por periódico nacionais**

Periódico Nacional	Nº de Artigos	%	
RAM – Revista de Administração Mackenzie	3	10,71	Lei de Bradford <i>core</i> com 11 artigos
Advances in Scientific and Applied Accounting	3	10,71	
Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão	3	10,71	
BBR- Brazilian Business Review.	2	7,14	

**Fonte:** elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

Assim, os periódicos com até três publicações correspondem a 32,13% do total, com duas publicações 7,14% e outros 60,73% correspondem a 15 periódicos com uma publicação. Neste contexto, utilizando-se os critérios da Lei de Bradford, o grupo com maior número de artigos publicados, conhecido como o *core* da pesquisa, está composto de onze artigos.

Pelos dados coletados, observa-se que quatro dos periódicos que mais publicam artigos do tema em questão, atingiram e excederam a proporção de 1/3 dos artigos divulgados. Essa constatação confirma o previsto na Lei de Bradford ou Lei de Dispersão, pois, dentre o quantitativo de 20 periódicos pesquisados, quatro são responsáveis por 1/3 das publicações. Assim, o *core* da pesquisa é constituído pelos periódicos: RAM – Revista de Administração Mackenzie, Advances in Scientific and Applied Accounting, Revista Portuguesa e Brasileira de gestão, BBR- Brazilian Business Review, totalizou 11 artigos nestes quatro periódicos.

Na Tabela 4, apresenta-se as publicações em periódicos internacionais que totalizaram 46 periódicos que publicaram os 63 artigos.

**Tabela 4 - Quantidade de publicações por periódico internacionais**

Periódico Internacional	Nº de Artigos	%	
Corporate Governance	6	13,04	Lei de Bradford <i>core</i> com 22 artigos
BRQ Business Research Quarterly	3	6,52	
Corporate Board: Role, Duties and Composition	3	6,52	
Journal of Applied Business Research	3	6,52	
Corporate Ownership and Control	3	6,52	
Procedia Economics and Finance	2	4,35	
Revista de Contabilidade – Spanish Accounting Review	2	4,35	

**Fonte:** elaborado pelos autores, com base nos dados da pesquisa.

Constitui-se o *core* com 22 artigos, assim distribuídos: um periódico publicou seis artigos (13,04%), quatro periódicos publicaram três artigos cada, correspondendo a 26,08%, e com duas publicações computou-se 8,7%, concluindo-se que 24 periódicos tiveram apenas uma publicação, que corresponde a 52,18%.

Nos dados coletados observa-se que sete dos periódicos que mais publicam artigos do tema em questão, atingiram e excederam a proporção de 1/3 dos artigos divulgados. Essa constatação confirma o previsto na Lei de Bradford ou Lei de dispersão, pois, dentre o quantitativo de 46 periódicos pesquisados, sete são responsáveis por 1/3 das publicações. Assim, o *core* da pesquisa é constituído pelos periódicos: Corporate Governance, BRQ Business Research Quarterly, Corporate Board: Role, Duties and Composition, Journal of

Applied Business Research, Corporate Ownership and Control, Procedia Economics and Finance, Revista de Contabilidade – Spanish Accounting Review.

## 5 Considerações Finais

O objetivo do estudo foi mapear as publicações voltadas ao tema conselho de administração sob o ponto de vista da teoria bibliométrica, a produtividade científica dos autores nos periódicos Spell e Scielo (nacionais) e Scopus e Scencedirect (internacionais). Para tanto, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental, de abordagem quantitativa e análise descritiva. Não foi delimitado período para análise, encontrando-se 91 artigos com os termos “*board of directors*” nas bases internacionais e nas bases nacionais considerou-se a expressão “conselho de administração”, no título, resumo e palavra-chave. Para a análise dos dados, elaboraram-se as redes com a ajuda do software UCINET®.

O perfil dos artigos está relacionado ao tema governança corporativa, direcionada ao conselho de administração. Encontrou-se nas bases pesquisadas 91 publicações voltados à variáveis como: composição do conselho, tamanho, dualidade, desempenho do conselho, conselho e endividamento, ou seja, diferentes abordagens de pesquisas.

Nos resultados encontrados observa-se que as pesquisas sobre envolvimento do conselho de administração tiveram um aumento quantitativo concentrado nos anos de 2011, 2014, 2015 e 2016, totalizando 53,94% dos artigos publicados sobre o tema em questão. Quanto ao idioma, predominou o inglês com 63,54%. Na análise da Lei de Lotka, a frequência de autores com uma única produção representa 97,55%, totalizando 87,91% dos artigos analisados.

Nos aspectos da Lei de Bradford, os periódicos que mais publicam artigos do tema em questão, observaram-se que quatro periódicos nacionais e sete internacionais atingiram e excederam a proporção de 1/3 dos artigos divulgados.

O presente estudo apresentou o perfil dos artigos sobre o tema conselho de administração, podendo-se deduzir que é o foco das publicações que envolvem governança corporativa, mas com várias vertentes. Assim, o estudo contribui com o mapeamento do tema e também dos autores que se destacam. Compreende-se que o tema aqui abordado traz novas perspectivas para debate acadêmico.

Foi possível analisar, ainda, a importância do conselho de administração nos artigos analisados e sob quais variáveis o conselho pode ser utilizado para encontrar resultados voltados ao interesse interno (gestores) e externo (investidores).

A partir da identificação de uma quantidade razoável de publicações, sugere-se para pesquisas futuras aprofundar mais as diferentes vertentes, examinando de forma mais consistente as características do conselho de administração e sua relação com outras temáticas de gestão e desempenho.

## Referências

ANDRADE, L. P.; SALAZAR, G. T., CALEGARIO, C. L. L.; SILVA, S. S. Governança corporativa: uma análise da relação do conselho de administração com o valor de mercado e desempenho das empresas brasileiras. **Revista de Administração Mackenzie**, São Paulo, v. 10, n. 4, p. 4-31, 2009.

ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 11- 32, jan./jun. 2006.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL- BNDES.

**Governança Corporativa uma análise de sua evolução e Impactos No Mercado de Capitais Brasileiro.** Rio de Janeiro. 2004. Disponível em:

<[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2205.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev2205.pdf)> Acesso em: 17 nov. 2016.

BEZERRA, P. C. S.; LUSTOSA, P. R. B.; SALES, I. C. H.; FERNANDES, B. V. R.

Estrutura de propriedade, conselho de administração e descosture voluntário: evidências de empresas brasileiras de capital aberto. **Revista Universo Contábil**, Blumenau, v. 11, n. 2, p. 25-46, 2015.

BRASIL. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as sociedades por ações.

**Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 dez. 1976. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404compilada.htm)>. Acesso em: 15 set. 2016.

COSTA SANTOS, M. J.V. Correspondência científica de Bertha Lutz: um estudo de aplicação da Lei de Zipf e ponto de transição de Goffman em um arquivo pessoal. **Ponto de Acesso**, Salvador, v. 3, n. 3, p. 317-326, 2009.

CVM - Comissão de Valores Mobiliários. **Recomendações da CVM sobre governança corporativa.** Rio de Janeiro. 2002. Disponível em:

<<http://www.cvm.gov.br/export/sites/cvm/deciso/es/anexos/0001/3935.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2016.

DUARTE, E.; CARDOZO, M. A.; VICENTE, E. F. R. Governança: uma investigação da produção científica brasileira no período de 2000 a 2009. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n. 1, p. 115-127, 2012.

DUTRA, M. G. L.; SAITO, R. Conselhos de administração: análise de sua composição em um conjunto de companhias abertas brasileiras. **Revista de Administração Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 9-27, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, A. P.M. Corporate governance characteristics as a stimulus to tax

management. **Revista Contabilidade & Finanças**, São Paulo, v. 27, n. 71, p. 149-168, 2016.

GUEDES, V. LS; BORSCHIVER, S. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. **Encontro Nacional de Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, p. 1-18, 2005.

HOLTZ, L.; VARGAS, L. H. F.; SILVA MACEDO, M. A.; BORTOLON, P. Análise do tamanho do conselho de administração: evidências no mercado brasileiro. **Advances in Scientific and Applied Accounting**, São Paulo, v. 6, n. 3, p. 321-347, 2013.

IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa. **Código das melhores práticas de governança corporativa.** 4. ed. Instituto de Governança Corporativa. São Paulo: IBGC, 2009.

\_\_\_\_\_. **Código das melhores práticas de governança corporativa**. 5. ed. Instituto de Governança Corporativa. São Paulo: IBGC, 2015.

\_\_\_\_\_. **O movimento no Brasil e o debate internacional**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<http://www.ibgc.org.br/index.php/governanca/origens-da-governanca>>. Acesso em: 13 nov.2016.

KOBASHI, N.Y.; DOS SANTOS, R. N. M. Arqueologia do trabalho imaterial: uma aplicação bibliométrica à análise de dissertações e teses 10.5007/1518-2924.2008, v.13, nesp1, p.106. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 106-115, 2008.

LETHBRIDGE, E. Governança corporativa. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 209-231, 1997. Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev809.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/revista/rev809.pdf)>. Acesso em: 17 nov. 2016.

MACHADO JUNIOR, C.; SARAIVA DE SOUZA, M. T.; DOS SANTOS PARISOTTO, I. R.; PALMISANO, A. As leis da Bibliometria em diferentes bases de dados científicos. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 18, n. 44, p. 111-123, 2016.

MARQUES, V. A.; ALVES, R. F. C., AMARAL, H. F.; SOUZA, A. A. Relação entre níveis de governança, política de dividendos, endividamento e valor das empresas brasileiras. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, João Pessoa, v. 3, n. 2, p. 4-26, 2015.

MOURA, G. D.; BEUREN, I.M. Conselho de administração das empresas de governança corporativa listadas na BM&Fbovespa: análise à luz da entropia da informação da atuação independente. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 13, n. 29, p. 11-37, 2011.

MOURA, G. D.; DALLABONA, L.; LAVARDA, C. E. F. Estudo bibliométrico sobre orçamento nos congressos brasileiros de 2005 a 2009. **Revista Contabilidade Vista e Revista**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 97-125, 2012.

OLIVEIRA, S. L. **Tratado de metodologia científica**: projetos de pesquisas, TGI, TCC, Monografias, Dissertações e Teses. São Paulo: Pioneira, 1999.

PÁDUA, E. M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 2. ed. Campinas: Papiros, 1997.

PAIVA, J. F. M.; DE OLIVEIRA, N. A.; PEIXOTO, F. M. A relação entre conselho de administração, desempenho, valor e risco no mercado brasileiro de ações. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)**, Brasília, v. 9, n. 1, p. 25-44, 2015.

QUEVEDO-SILVA, F.; SANTOS, E. B. A.; BRANDÃO, M. M.; VILS, L. Estudo bibliométrico: orientações sobre sua Aplicação. **Revista Brasileira de Marketing (REMark)**, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 246-262, 2016.

QUONIAM, L.; TARAPANOFF, K.; ARAÚJO JÚNIOR, R. D.; ALVARES, L. Inteligência obtida pela aplicação de data mining em base de teses francesas sobre o Brasil. **Ciência da informação**, Brasília, v. 30, n. 2, p. 20-28, 2001.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2004. Cap. 3, p. 76-97.

RIBEIRO, H. C. M.; JUNIOR, C. M.; DE SOUZA, M. T. S.; ABREU CAMPANÁRIO, M.; CORRÊA, R. Governança corporativa: um estudo bibliométrico da produção científica das dissertações e teses brasileiras. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 15, n. 3, p. 52-70, 2012.

ROSSONI, L.; MACHADO-DA-SILVA, C. L. Organizational institutionalism and corporate governance. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 14, p. 173-198, 2010.

SAITO, R.; SILVEIRA, A. M. Governança corporativa: custos de agência e estrutura de propriedade. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 48, n. 2, p. 79-86, 2008.

SILVA, E. S.; SANTOS, J. F.; ALMEIDA, M. A. Conselho de administração: uma análise da influência nos níveis de endividamento. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, São Paulo, v. 13, n. 41, p. 440-453, 2011.

SILVEIRA, A. M. **Governança corporativa, desempenho e valor da empresa no Brasil**. 2002. 165 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

THEÓPHILO, C. R.; IUDÍCIBUS, S. Uma análise crítico-epistemológica da produção científica em contabilidade no Brasil. **Contabilidade, Gestão e Governança**, Brasília, v. 8, n. 2, p. 147-175, 2005.

URBIZAGASTEGUI, R. A produtividade dos autores sobre a lei de Lotka. **Ciência da Informação**, Brasília, v.37, n. 2, p. 87-102, 2008.

VOLPINI, K.; SILVEIRA, B.; BERNARDES, P.; PATRUS, R. O papel do conselho de administração na governança de organizações da sociedade civil de interesse público: fiscalização ou legitimação? **Amazônia, Organizações e Sustentabilidade-AOS**, Belém, v. 2, n. 2, p. 61-78, 2013.

WRIGHT, P. L.; KROLL, M. J.; PARNELL, J. A. **Administração estratégica: conceitos**. São Paulo: Atlas, 2000.